
ENTREVISTA

Michael Mohallem, professor
de Direito da FGV-Rio

‘Não é adequado modificações com frequência’

Roberta Jansen / RIO

● **A campanha presidencial está nas mãos do Supremo, por causa da questão do Lula.... O ex-presidente pode ser eleito da prisão?**
O Supremo assumiu o protagonismo da principal questão do ano, as eleições, ao debater a pena em segunda instância. Se Lula estiver em liberdade, o impacto será grande, porque ele vai se candidatar e esperar uma eventual impugnação do TSE (*Tribunal Superior Eleitoral*), que pode ser questionada no próprio Supremo, que então vai decidir se ele pode ser candidato ou se deve ser retirado do pleito. Mas, sim, ele pode também concorrer estando preso. Pela lei brasileira, o sujeito só tem os direitos políticos suspensos, de votar e ser votado, com uma sentença penal condenatória transitada em julgado.

● **E a questão da Ficha Limpa?**

Em tese, Lula é ficha-suja, mas a própria lei admite exceções. E só quem pode determinar isso é a Justiça Eleitoral, em agosto. E aí cabe recurso ao Supremo.

● **Ministros do Supremo mudam de ideia. Isso fere algum princípio legal?**

O ministro pode mudar de opinião, inclusive no mesmo caso, e mesmo depois de já ter votado. Agora, do ponto de vista de uma corte constitucional não é adequado que haja modificações com muita frequência; mesmo tendo maioria não seria adequado rever a tese. Se uma decisão foi tomada como corte constitucional, o mais adequado é esperar essa tese amadurecer. Um outro argumento é que se trata de corte recursal, e o habeas corpus é admitido individualmente. A grande dúvida é saber qual tribunal vai falar na quarta-feira (*hoje*), se é o constitucional, que parte do ponto de vista da tese, como quer Marco Aurélio e Gilmar Mendes, ou se é recursal, como quer Cármen Lúcia, e só tem efeito para Lula e não para um próximo réu.
